

Boletim Informativo Tributário

Nº 459 - JULHO/2018

ESSE BOLETIM ENCONTRA-SE EM
WWW.CCA.COM.BR

Consultoria,
treinamento para gestão administrativa
e atuação em processos e negócios.

CCA
BERNARDON
CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

NESTA EDIÇÃO:

TRIBUTOS FEDERAIS

Agenda Tributária Federal – Julho/2018.....	04
CPRB, Cofins-Importação e IRPJ.....	04
Reintegra - Alteração dos Percentuais para Apuração.....	04
Pert-SN - Regulamenta o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Optantes pelo Simples Nacional no Âmbito da Receita Federal.....	05
Apropriação de créditos do Pis/Pasep e da Cofins - Bens do Ativo Imobilizado.....	06
Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) - Prorrogado o Prazo de Adesão para os Débitos Administrados pela PGFN.....	06
- Alteração na Instrução Normativa RFB n. 1.784/2018.....	07
- Prorrogada a vigência da Medida Provisória nº 828/2018 que Alterou o Prazo de Adesão.....	07
Compensação Tributária - Regulamentada pela Receita Federal.....	07
- Retificação da Instrução Normativa RFB n. 1810/2018.....	08
Nota Orientativa 01/2018 - Arredondamentos de Retenções na EFD-Reinf.....	08
eSocial - Fique Atento ao Novo Prazo de Disponibilidade do Retorno das Consultas da Qualificação Cadastral.....	08
Painel de Parcelamentos - Disponibilizado pela PGFN.....	09

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA

Imposto de Renda na Fonte.....	09
--------------------------------	----

PIS/COFINS

EFD – Contribuições – Atualização da Tabela 4.3.11.....	10
- Disponibilização da versão 3.0.0 do PVA.....	10
- Guia Prático - Versão 1.26 do GP.....	11
Óleo Diesel - Comercialização - Subvenção Econômica.....	11

IPI

Alteração de Alíquota do IPI - Produtos Classificados no Código 2106.90.10 Ex 01.....	12
Bens e Serviços de Tecnologias da Informação e Comunicação - Alteradas as Leis nºs 8.248/91 e 8.387/91.....	12

INSS

Contribuição Previdenciária - Tabela de Salário-Contribuição.....	12
- Salário-Família.....	12
CPRB – Exclusão e Prazo Final para a Vigência Determinados Setores da Desoneração.....	13
eSocial – Forma de Divulgação de Novas Versões Corretivas e Evolutivas dos Leiautes e Manuais.....	13
- Instituição do Subcomitê de Atendimento.....	14
Contribuição Social do Salário-Educação - Não Incidência Sobre a Remuneração Paga aos Trabalhadores Avulsos.....	14

TRABALHO

FGTS - Fiscalização do FGTS e das Contribuições Sociais.....	14
- Manual de Orientação para o Empregador e Desenvolvedor, (versão 3.0) da Solução Sistêmica e Operacional para a Comunicação com o FGTS e Geração da GRFGTS.....	14

ICMS

NT 2016.002 - Publicada Versão 1.60 e Pacote de Schemas XML Correspondente.....	15
NT 2017.001 - Publicada Versão 1.30.....	16
Alterações no RICMS/RS Divulgadas Pela SEFAZ/RS.....	16
Alterações no Regulamento.....	16
Alterações na Instrução Normativa DRP 45/98, divulgadas pela SEFAZ/RS.....	16

RECOLHIMENTO FORA DE PRAZO

Tributos Federais.....	19
Tributos Estaduais.....	19
Tributos Municipais.....	20

INFORMES ECONÔMICOS

Salário-Mínimo, UPF, UFM, UPC, TJLP, INPC, IGPM, SELIC, UIF, ITR e Outros.....21

Dólar (Cotação Diária).....21

TRIBUTOS FEDERAIS

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

• **Julho/2018:** Os vencimentos dos prazos para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos por esse órgão, definidas em legislação específica, no mês de julho de 2018, são os constantes do Anexo Único do Ato Declaratório Executivo Codac n. 8/2018, Edição de 26 de junho de 2018.

CPRB, COFINS-IMPORTAÇÃO E IRPJ

A Lei n. 13.670/2018, DOU 30 de maio de 2018, altera as Leis nºs 12.546/2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, 8.212/1991, 8.218/1991, 9.430/1996, 10.833/2003, 10.865/2004, e 11.457/2007, e o Decreto-Lei nº 1.593/1977.

Dentre as alterações introduzidas, destacamos que:

I. O recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, poderá ser realizado até 31 de dezembro de 2020;

II. O adicional de um ponto percentual na alíquota do Cofins-Importação, vigorará até 31 de dezembro de 2020;

III. Os valores das contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei n. 8.212/1991, recolhidos em decorrência da impossibilidade de opção pela contribuição patronal sobre o valor da receita bruta determinada pela Medida Provisória n. 774/2017, no período de sua vigência, na parte em que excederem o que seria devido em virtude da opção efetuada pela tributação substitutiva, conforme dispõem os §§ 13, 14, 15 e 16 do art. 9º da Lei n. 12.546/2011, serão conside-

rados pagamentos indevidos e poderão ser compensados com futuros débitos de contribuição previdenciária patronal do mesmo contribuinte, ou a ele restituídos nos termos da legislação vigente;

IV. não poderão ser objeto de compensação mediante entrega, pelo sujeito passivo, de declaração de compensação:

a. o crédito objeto de pedido de restituição ou ressarcimento e o crédito informado em declaração de compensação cuja confirmação de liquidez e certeza esteja sob procedimento fiscal;

b. os valores de quotas de salário-família e salário-maternidade; e

c. os débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurados na forma do art. 2º da Lei n. 9.430/1996.

Os itens I e II passam a vigorar a partir de 1º.09.2018, e os demais entram em vigor a partir de 30.05.2018.

REINTEGRA

• **Alteração dos Percentuais para Apuração:** O Decreto 9.393/2018, DOU 30 de maio de 2018, altera o Decreto n. 8.415/2015, que regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra.

A pessoa jurídica que exporte os bens de que trata o art. 5º do Decreto 8.415/2015, poderá apurar crédito, mediante a aplicação sobre a receita auferida com a exportação desses bens para o exterior, dos percentuais de:

I. 0,1%, no período entre 1º.12.2015 e 31.12.2016;

II. 2%, no período entre 1º.01.2017 e 31.05.2018; e

III. 0,1%, a partir de 1º.06.2018.

PERT-SN

• Regulamenta o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Optantes pelo Simples Nacional no Âmbito da Receita Federal:

A Instrução Normativa RFB n. 1.808/2018, DOU de 04 de junho de 2018, dispõe sobre o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), instituído pela Lei Complementar n. 162/2018.

Poderão ser liquidados na forma do Pert-SN débitos vencidos até 29 de dezembro de 2017, constituídos ou não, inclusive os incluídos em acordos de parcelamentos celebrados anteriormente, rescindidos ou ativos, e débitos cuja procedência esteja em fase de discussão administrativa ou judicial, apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) ou do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei) pelo Microempreendedor Individual (MEI).

A inclusão de débitos não constituídos, prevista no caput, depende da entrega, no mínimo 3 (três) dias antes da protocolização do requerimento de adesão ao Pert-SN, do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D), ou da Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei), conforme o caso.

Não poderão ser parcelados na forma do Pert-SN:

I. multas por descumprimento de obrigação acessória;

II. a Contribuição Patronal Previdenciária para a Seguridade Social a cargo da empresa optante, tributada com base:

a. nos Anexos IV e V da Lei Complementar n. 123/2006, até 31 de dezembro de 2008; ou

b. no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, a partir de 1º de janeiro de 2009;

III. os demais tributos ou fatos geradores não abrangidos pelo Simples Nacional, a que se refere o § 1º do art. 13 da Lei Complementar n. 123/2006, inclusive aqueles passíveis de retenção na fonte, de desconto realizados por terceiros por força de contrato, ou de sub-rogação; e

IV. débitos dos sujeitos passivos com falência decretada na forma prevista na Lei n. 11.101/2005.

O sujeito passivo poderá liquidar os débitos abrangidos pelo Pert-SN mediante o pagamento, em espécie, de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, e o restante:

I. poderá ser liquidado integralmente, em parcela única, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e de 70% (setenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas;

II. poderá ser parcelado em até 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora e de 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas; ou

III. poderá ser parcelado em até 175 (cento e setenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e de 25% (vinte e cinco por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas.

A adesão ao Pert-SN deverá ser feita mediante requerimento a ser protocolado exclusivamente no sítio da RFB na Internet, disponível no endereço <http://rfb.gov.br>, nos Portais e-CAC ou Simples Nacional, no período de 4 de junho a 9 de julho de 2018.

O requerimento de adesão ao Pert-SN produzirá efeitos somente depois do pagamento da 1ª (primeira) prestação, que deverá ser efetuado:

I. até o último dia útil do mês de junho de 2018, se o requerimento for apresentado no mês de junho;

II. até o prazo para pagamento com desconto da multa de ofício, caso sejam indicados débitos lançados de ofício, cuja multa ainda não esteja vencida; ou

III. até o dia 9 de julho de 2018, se o requerimento for apresentado no mês de julho.

Excetuadas as hipóteses previstas nos itens II e III acima, as prestações vencerão no último dia útil de cada mês. Para os contribuintes que formalizarem a adesão ao Pert-SN no mês de junho de 2018, a 1ª (primeira) prestação a ser paga com as reduções, de acordo com a modalidade de liquidação escolhida, vencerá no último dia útil do mês de novembro de 2018, e para aqueles que formalizarem a adesão no mês de julho, a 1ª (primeira) prestação vencerá no último dia útil do mês de dezembro de 2018, e as demais no último dia útil do mês subsequentes.

Qualquer que seja a modalidade de liquidação escolhida, o valor da parcela não poderá ser inferior a:

I. R\$ 300,00 (trezentos reais), no caso de parcelamento de débitos apurados na forma do Simples Nacional, devidos por pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; ou

II. R\$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de parcelamento de débitos apurados na forma do Simej, devidos por MEI.

Implicará a exclusão do sujeito passivo do Pert-SN e a exigência imediata do pagamento dos débitos confessados e ainda não pagos:

I. a falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II. a existência de saldo devedor, após a data de vencimento da última parcela do parcelamento.

APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DO PIS/PASEP E DA COFINS

• **Bens do Ativo Imobilizado:** O Ato Declaratório Interpretativo RFB n. 3/2018, DOU 04 de junho de 2018, dispõe que a opção de calcular os créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em função da depreciação do bem, à taxa de 1/48 (um quarenta e oito avos) por mês sobre o valor de aquisição, nos termos do § 14 do art. 3º c/c art. 15, II, todos da Lei n. 10.833, de 2003, aplica-se ao bem

integrante do ativo imobilizado enquanto não alienado.

No caso da alienação do bem antes do aproveitamento das 48 parcelas de crédito de que trata o parágrafo anterior, é vedada a utilização das parcelas restantes.

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA RURAL (PRR)

• **Prorrogado o Prazo de Adesão para os Débitos Administrados pela PGFN:** A Portaria PGFN n. 43/2018, DOU de 04 de junho de 2018, altera a Portaria PGFN n. 29/2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) de que trata a Lei n. 13.606/2018, para os débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Com essa publicação, a adesão ao PRR ocorrerá mediante requerimento a ser protocolado nas unidades de atendimento da PGFN ou da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) do domicílio tributário do devedor, no período de 1º de fevereiro a 30 de outubro de 2018, e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de sub-rogado.

Os produtores rurais e os adquirentes que aderiram ao parcelamento previsto na Medida Provisória n. 793/2017, poderão, até 30 de outubro de 2018, efetuar a migração para as modalidades de parcelamento previstas na Lei n. 13.606/2018, exclusivamente por meio do site da PGFN na internet, no endereço <http://www.pgfn.gov.br>, no Portal e-CAC PGFN, opção “Migração”.

Além disso, o sujeito passivo deverá comparecer às unidades de atendimento da PGFN ou da RFB de seu domicílio tributário, até o dia 29 de novembro de 2018, para comprovar o pedido de desistência e a renúncia de ações judiciais, mediante a apresentação da 2ª (segunda) via da correspondente petição protocolada ou de certidão do Cartório que ateste a situação das referidas ações.

• **Alteração na Instrução Normativa RFB n. 1.784/2018:**

A Instrução Normativa RFB n. 1.811/2018, DOU de 20 de junho de 2018, altera a Instrução Normativa RFB n. 1.784/2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), instituído pela Lei n. 13.606/2018.

Em decorrência disso, a Instrução Normativa RFB nº 1.784, de 19 de janeiro de 2018, foi ajustada para contemplar o novo prazo cuja data estabelecida é 30 de outubro de 2018.

• **Prorrogada a vigência da Medida Provisória nº 828/2018 que Alterou o Prazo de Adesão:**

O Ato do Congresso Nacional n. 33/2018, DOU de 21 de junho de 2018, prorrogou, pelo prazo de 60 dias, a Medida Provisória n. 828/2018, que alterou a Lei n. 13.606/2018, para prolongar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) até 30/05/2018.

Vale lembrar que o prazo de adesão ao PRR foi prorrogado novamente para até 30/10/2018 pela Medida Provisória n. 834/2018.

COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

• **Regulamentada pela Receita Federal:** A Instrução Normativa (IN) RFB nº 1810/2018 trata da unificação de regimes jurídicos (créditos fazendários e previdenciários)

Foi publicada hoje no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa RFB nº 1810, de 2018, que disciplina a compensação tributária.

Destaca-se a unificação dos regimes jurídicos de compensação tributária (créditos fazendários e previdenciários) relativamente às pessoas jurídicas que utilizarem o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social) para apuração das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 2007, nos termos da Lei nº 13.670, de 2018.

A compensação tributária unificada será aplicável somente às pes-

soas jurídicas que utilizarem o e-Social para a apuração das referidas contribuições. As empresas que utilizarem o eSocial poderão, inclusive, efetuar a compensação cruzada (entre créditos e débitos previdenciários ou fazendários), observadas as restrições impostas pela legislação decorrentes da transição entre os regimes.

O regime de compensação efetivado por meio de informação em GFIP não será alterado para as pessoas jurídicas que não utilizarem o e-Social.

O ato normativo também dispõe sobre as vedações decorrentes da Lei nº 13.670, de 2018, quanto à compensação de débito de estimativa do IRPJ ou da CSLL, de valores de quotas de salário-família e salário-maternidade e de crédito objeto de procedimento fiscal.

No que se refere à vedação da compensação de débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e da CSLL, tem-se que as “estimativas indevidamente compensadas geram falso saldo negativo do imposto que por sua vez também é indevidamente compensado com outros débitos, inclusive de outras estimativas, implicando o não pagamento sem fim do crédito tributário devido pelo contribuinte” — Exposição de Motivos nº 00107/2017 MF ao Projeto de Lei nº 8.456, de 2017.

Em relação à vedação da compensação de crédito objeto de procedimento fiscal, “pretende-se eliminar a possibilidade de extinção de dívidas tributárias por meio de utilização de créditos quando, em análise de risco, forem identificados indícios de improcedência e o documento apresentado pelo contribuinte estiver sob procedimento fiscal para análise e reconhecimento do direito creditório” — Exposição de Motivos nº 00107/2017 MF ao Projeto de Lei nº 8.456, de 2017.

A vedação se aplica somente ao procedimento fiscal distribuído por meio de Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal (TDPF), não se aplicando aos procedimentos fiscais de análise de restituição, reembolso, ressarcimento ou compensação que dispensam a emissão de TDPF.

Define-se, ainda, que a compensação de crédito de contribuição previdenciária decorrente de ação judicial, por meio de de-

claração de compensação, poderá ser realizada somente após a prévia habilitação do crédito, mantendo-se a sua dispensa somente para a compensação em GFIP.

Fonte: Receita Federal do Brasil - Publicado: 14/06/2018 11h37 - Última modificação: 14/06/2018 13h23

• **Retificação da Instrução Normativa RFB n. 1810/2018:**

Na Instrução Normativa RFB n. 1.810/2018, publicada no DOU n. 113 de 14 de junho de 2018, seção 1, página nº 38

Onde se lê:

Art. 2º A Instrução Normativa nº 1.717, de 17 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 93.

Leia-se:

, Artigo 2º A Instrução Normativa nº 1.717, de 17 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 93.

presa prestadora de serviços, para diminuir a possibilidade de erros na recepção dos arquivos e também para diminuir necessidades de ajustes em softwares pelas empresas, optou-se por aceitar também, o arredondamento para maior.

Dessa forma, os campos de retenção dos eventos relacionados abaixo devem permitir o arredondamento para maior, no limite de 1 centavo, e deverá ser considerado o valor maior entre o calculado pelo sistema e o informado pelo contribuinte. Segue a relação dos eventos e campos que aos quais se aplica a referida regra:

- R-2010: vlrRetencao, vlrAdicional, vlrNRetPrinc e vlrNRetAdic.
- R-2020: vlrRetencao, vlrAdicional e vlrNRetAdic
- R-2030: vlrRetApur
- R-2040: vlrRetApur
- R-3010: vlrCP

O evento totalizador “R-5001 - Informações de bases e tributos por evento” refletirá o procedimento adotado nos eventos acima.

Fonte: Portal da Receita Federal do Brasil. Publicado em 14/06/18.

NOTA ORIENTATIVA 01/2018

• **Arredondamentos de Retenções na EFD-Reinf:** A EFD-REINF utiliza como regra de cálculo para operações de multiplicação envolvendo decimais, a função de truncar na segunda casa decimal. Dessa forma, para efeito de apuração dos valores tributados são consideradas duas casas decimais sem arredondamentos.

Por exemplo: Uma determinada nota fiscal de prestação de serviços, sujeita à retenção de 11% sobre cessão de mão de obra, tem como base de cálculo o valor de R\$ 918,18.

Assim, ao realizar o cálculo, tem-se que 11% de R\$ 918,18 vale R\$ 100,9998. Para apurar o valor da retenção, o contribuinte deverá truncar na segunda casa decimal sem arredondamento. Dessa forma, o valor correto da retenção, nesse caso, deverá ser de R\$ 100,99.

Entretanto, como o destaque do valor da retenção é feito pela em-

ESOCIAL

• **Fique Atento ao Novo Prazo de Disponibilidade do Retorno das Consultas da Qualificação Cadastral:**

Qualificação Cadastral

Arquivos de retorno das consultas estarão disponíveis por 15 dias. Medidas buscam garantir desempenho do sistema.

Publicado: 21/06/2018 15h29

Última modificação: 21/06/2018 15h38

Com a proximidade da obrigatoriedade do eSocial para as empresas do segundo grupo, o número de consultas em lote para fins de Qualificação Cadastral cresceu de forma significativa. Por esse motivo, a aplicação apresentou instabilidade nos últimos dias, deixando de retornar as consultas no tempo adequado.

A Dataprev está monitorando o sistema e realizando manu-

tenções na aplicação visando a melhorar o tempo de resposta e a capacidade de processamento. Foi necessário diminuir o tempo de disponibilidade do arquivo de retorno para download de 30 para 15 dias.

A partir do dia 25/06/2018, somente estarão disponíveis para download os arquivos enviados nos últimos 15 dias.

Para consultas de até dez trabalhadores, a empresa deve utilizar a opção de consulta on-line, que, além de trazer o resultado imediatamente, auxilia a desonerar a aplicação de consulta em lote.

Fonte: www.esocial.gov.br

PAINEL DE PARCELAMENTOS

• **Disponibilizado pela PGFN:** A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) desenvolveu uma nova ferramenta, chamada de PAINEL de Parcelamentos, para facilitar o acompanhamento por parte dos devedores, do parcelamento de seus débitos junto à Dívida Ativa da União.

A base de dados abrange informações desde 1981 e será atualizada mensalmente. No PAINEL de Parcelamento é possível verificar a situação, com essas opções:

Formalizado ou aguardando deferimento: o pedido está em análise pela PGFN

Deferido ou em dia: a situação está regular

Com atraso: parcela em atraso

Rescindido: por descumprimento de alguma regra por parte do devedor

Liquidado: a dívida parcelada foi completamente quitada.

Para melhor visualização, aconselha-se o uso dos navegadores do Mozilla Firefox ou Google Chrome.

Acesse e conheça a ferramenta:

<https://www.pgfn.gov.br/assuntos/divida-ativa-da-uniao/painel-dos-parcelamentos/bem-vindo-ao-painel-dos-parcelamentos>

Fonte: Ministério da Fazenda – Publicado em 21/06/2018, às 18h45

IR - PESSOA FÍSICA

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

A Lei n. 13.149/2015, DOU de 22 de julho de 2015, altera as Leis nºs 11.482/2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, 7.713/1988, 9.250/1995, e 10.823/2003.

A norma em questão, dispõe sobre a conversão da Medida Provisória nº 670/2015 em lei, a qual trata sobre:

a) Aprovação da tabela progressiva mensal a seguir, a ser utilizada a partir do mês de abril/2015 para fins da apuração do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas:

Base de cálculo mensal (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IR (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

b) Alteração dos limites referentes a:

b.1) Dedução título de dependentes, para fins de cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte mensal – R\$ 189,59 e para o imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 2.275,08;

b.2) Limite de dedução com despesas de instrução, para fins de apuração do Imposto devido na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 3.561,50;

b.3) Valor-limite do desconto simplificado, que substituirá todas as deduções permitidas na legislação, correspondente à dedução de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 16.754,34;

b.4) Rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade – R\$ 1.903,98.

c) Rendimentos recebidos acumuladamente, o qual dispõe que:

c.1) os rendimentos recebidos acumuladamente e submetidos à incidência do Imposto de Renda com base na tabela progressiva, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, serão tributados exclusivamente na fonte, no mês do recebimento ou crédito, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês; e

c.2) no caso dos rendimentos recebidos acumuladamente, quando correspondentes ao ano-calendário em curso, eles serão tributados no mês do recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos, diminuídos do valor das despesas com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.

PIS/COFINS

EFD – CONTRIBUIÇÕES

• **Atualização da Tabela 4.3.11:** Atualização da tabela Tabela 4.3.11, que relaciona as alíquotas de apuração do PIS/Pasep e da Cofins por unidade de medida de produto.

A referida versão contempla as novas alíquotas aplicáveis ao óleo diesel e suas correntes, pelas refinarias, sobre as vendas dos referidos produtos a partir de 30.05.2018.

Fonte: Receita Federal do Brasil – Publicado em 08/06/2018

• **Disponibilização da versão 3.0.0 do PVA:**

Publicado em 21/06/2018

Está disponível para download a versão 3.0.0 do PVA da EFD-Contribuições, a qual contempla as seguintes alterações:

- Inclusão de novos registros no Bloco D para contemplar o Bilhete de Passagem Eletrônico – BP-e e o Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços – CT-e OS, como segue:

• Documentos Fiscais de Entrada:

o D100 – Bilhete de Passagem Eletrônicos – BP-e, modelo 63

o D100 - o Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços – CT-e OS, modelo 67.

• Documentos Fiscais de Entrada:

o D200 – Bilhete de Passagem Eletrônicos – BP-e, modelo 63

o D200 - o Conhecimento de Transporte Eletrônico para

Outros Serviços – CT-e OS, modelo 67.

- Inclusão do novo registro no Bloco C, o C400 – Cupom Fiscal Eletrônico CF-e ECF, modelo 60.

- Alteração no Registro 0110: Regimes de Apuração da Contribuição Social e de Apropriação de Crédito, para liberar as PJ's de lucro presumido, com exceção daquelas que distribuem lucros isentos, da obrigação de preenchimento do campo de conta contábil nos blocos em que aparece.

- Outras atualizações de regras e de programa.

Fonte: Receita Federal do Brasil - RFB

• Guia Prático - Versão 1.26 do GP:

Principais Alterações:

"1. Seção 4 - da apresentação do Arquivo da EFD-Contribuições (páginas 18 e 19): Complemento das orientações referentes à multa por atraso na entrega da escrituração, com a informação do código a constar no DARF.

2. Tabela 4.1.1. (páginas 26 e 27): Atualização da tabela "4.1.1 - Modelos de Documentos Fiscais e Registros Correspondentes", com a inclusão do modelo 63 - Bilhete de Passagem Eletrônico, a ser escriturado nos Registros D100 e/ou D200.

3. Registro 0110 - Regimes de Apuração da Contribuição Social e de Apropriação de Crédito: Alteração de regra de validação, para liberar a pessoa jurídica tributada pelo lucro presumido, submetida ao regime cumulativo de escrituração, da obrigatoriedade de preenchimento do campo de conta contábil (COD_CTA) nos registros que contenham campo para informação de conta contábil. A obrigatoriedade fica mantida para as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido e que distribuam lucros sem tributação.

4. Registro "0500 - Plano de Contas Contábeis": Comple-

mento das instruções de preenchimento obrigatório do registro, para as pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo e cumulativo.

5. Registros D100 e D200 (Serviços de Transporte): Atualização da relação de documentos fiscais a se escriturar nos referidos registros, com a inclusão do Bilhete de Passagem Eletrônico - BP-e (modelo 63)."

Fonte: Receita Federal do Brasil – Publicado em 26/06/18, às 14h40

ÓLEO DIESEL

• **Comercialização - Subvenção Econômica:** O Decreto n. 9.403/18, publicado no Diário Oficial Extra de 07 de junho de 2018, regulamenta a Medida Provisória nº 838/18, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel no território nacional por produtores e importadores, a ser concedida pela União, no valor de até R\$ 0,30 (trinta centavos de real) por litro, no período de 8 de junho até 31 de julho de 2018, nos termos do inciso II do caput do art. 1º da Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018.

Conforme disposto no art. 9º, do referido decreto, Na hipótese de o beneficiário não se habilitar para recebimento da subvenção econômica no período subsequente ao regulamentado neste Decreto:

a) os custos remanescentes relacionados com as Contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, incidentes sobre a receita de subvenção econômica, serão acrescidos à conta gráfica para pagamento ao beneficiário em até nove dias úteis

contados do final do período de concessão da subvenção econômica, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Medida Provisória nº 838, de 2018; e

b) na hipótese de haver crédito para a União, em decorrência da aplicação da metodologia estabelecida no § 1º do art. 4º da Medida Provisória nº 838, de 2018, o beneficiário da subvenção econômica recolherá à União o valor apurado em até nove dias úteis contados do final do período de concessão da subvenção, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Medida Provisória nº 838, de 2018.

Ficou estabelecido que a atualização dos valores será pela taxa média Selic desde o último dia dos prazos definidos nos respectivos incisos até a data do efetivo pagamento.

IPI

ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA DO IPI

• **Produtos Classificados no Código 2106.90.10 Ex 01:** O Decreto n. 9.394/2018, DOU Edição Extra de 30 de maio de 2018, altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto n. 8.950/2016, alterada para 4% (quatro por cento) a alíquota do IPI incidente sobre os produtos classificados no código 2106.90.10 Ex 01

BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

• **Alteradas as Leis nºs 8.248/91 e 8.387/91:** Através da Lei nº 13.674/18, resultante da conversão da Medida Provisória n. 810/17, publicada no DOU de 12 de junho de 2018, foram promovidas alterações nas Leis nºs. 8.248 e 8.387, ambas de 1991, que tratam dos benefícios concedidos às empresas que se dedicam ao desenvolvimento ou produção de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação.

Também foram revogados o § 10 do art. 11 e o art. 14, da Lei nº 8.248/91.

INSS

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

• **Tabela de Salário-Contribuição:** A Portaria MTPS n. 15, DOU de 17 de janeiro de 2018, trouxe a nova tabela de contribuição previdenciária, a ser aplicada sobre os fatos geradores que ocorrerem a partir da competência janeiro de 2018, relativamente aos segurados empregados, domésticos e trabalhadores avulsos, conforme segue:

Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS
Até 1.693,72	8%
De 1.693,73 até 2.822,90	9%
De 2.822,91 até 5.645,80	11%

O valor da quota do salário-família, a partir da competência janeiro de 2018, é de:

I – R\$ 45,00: para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 877,67; e

II – R\$ 31,71: para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 877,67 e igual ou inferior a R\$ 1.319,18.

Tendo em vista a vigência da nova tabela de contribuição previdenciária, recomendamos que, antes de elaborarem a GFIP desse mês de janeiro, procedam ao download da versão atualizada da tabela do INSS.

Por força da elevação do salário-mínimo nacional para R\$ 954,00, a partir desse mês de janeiro, o salário-de-benefício e o salário-de-contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 954,00 nem superiores a R\$ 5.645,80.

CPRB

• **Exclusão e Prazo Final para a Vigência Determinados Setores da Desoneração:** A Lei 13.670/2018, DOU Edição Extra de 30 de maio de 2018, trouxe alterações quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta - CPRB, excluindo determinados setores da desoneração, já a partir de setembro/2018, e definindo a data de 31/12/2020 como pra-

zo final para a vigência da desoneração para os setores que permanecerão sujeitos à opção pela contribuição incidente sobre a receita.

ESOCIAL

• **Forma de Divulgação de Novas Versões Corretivas e Evolutivas dos Leiautes e Manuais:** A Resolução CG-eSocial n. 15/2018, DOU de 14 de junho de 2018, regulamenta a forma de divulgação de novas versões corretivas e evolutivas dos leiautes e Manual de Orientação do eSocial - MOS se dará por meio da publicação no portal do eSocial dos seguintes documentos:

a) Notas Técnicas - NT, que visam a efetuar ajustes corretivos nos leiautes do eSocial em produção, enquanto aguarda a publicação de nova versão do leiaute;

b) Notas Orientativas - NO, que visam a orientar quanto à correta interpretação de conteúdo, fluxo e preenchimento dos eventos do eSocial, enquanto aguarda a publicação de nova versão do MOS; e

c) Notas de Documentação Evolutiva - NDE, que visam a dar a publicidade à especificação de leiautes do eSocial, com data de implantação futura.

Os documentos a que se referem as letras “a” e “c” devem conter a previsão de sua implantação nos ambientes de produção restrita e de produção.

As NDEs terão versionamento evolutivo próprio, até sua efetiva incorporação ao leiaute.

As futuras versões de leiaute do eSocial a serem publicadas mediante resolução do Comitê Gestor devem contemplar:

a) A consolidação dos ajustes promovidos por meio de NTs, com a indicação destas;

b) A incorporação das NDEs, se for o caso, que deve ocorrer antes da sua liberação para o ambiente de produção restrita, com a indicação da data prevista para sua implantação no ambiente de produção restrita e de produção.

Além disso, as novas versões do MOS devem indicar as NOs a ele incorporadas.

• **Instituição do Subcomitê de Atendimento:** A Resolução CG-eSocial n. 16/2018, DOU de 14 de junho de 2018, institui o Subcomitê de Atendimento, grupo de ação estratégica, que tem como propósito integrar as ações de atendimento, suporte e orientação aos empregadores e órgãos públicos, pelos órgãos que compõem o Comitê Gestor do eSocial, por meio da articulação entre atendentes e gestores, de forma a aliar as técnicas do atendimento aos interesses institucionais, às possibilidades administrativas e aos objetivos do projeto.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

• **Não Incidência Sobre a Remuneração Paga aos Trabalhadores Avulsos:** O Ato Declaratório PGFN n. 10/2018, DOU de 27 de junho de 2018, autoriza a dispensa de apresentação de contestação e de interposição de recursos, bem como a desistência dos já interpostos, desde que inexistam outro fundamento relevante nas ações judiciais que visem obter a declaração de não incidência da contribuição social do salário-educação sobre a remuneração paga aos trabalhadores avulsos, a partir da vigência da Lei n. 9.424/1996.

TRABALHO

FGTS

• **Fiscalização do FGTS e das Contribuições Sociais:**

A Instrução Normativa SIT n. 145/2018, DOU de 18 de junho de 2018, altera a Instrução Normativa n. 144/2018, que dispõe sobre a fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar n. 110/2001.

• **Manual de Orientação para o Empregador e Desenvolvedor, (versão 3.0) da solução sistêmica e operacional para a comunicação com o FGTS e geração da GRFGTS:**

A Circular CAIXA n. 814/2018, DOU de 18 de junho de 2018, divulga o Manual de Orientação para o Empregador e Desenvolvedor, versão 3.0, que trata da solução sistêmica e operacional para a comunicação com o FGTS e geração da guia de recolhimentos do FGTS - GRFGTS, para uso em ambiente de produção restrita do FGTS e ambiente de produção após a vigência do eSocial.

Para geração da guia do FGTS o empregador poderá optar pela utilização de aplicativo de folha de pagamento (webservice) ou pela utilização de funcionalidade na internet (online), sendo a guia gerada com base nas informações prestadas pelo empregador por meio do eSocial, entre outras formas aprovadas pelo Agente Operador do FGTS.

O acesso à versão atualizada e aprovada deste Manual é disponibilizado na Internet, no endereço www.caixa.gov.br, opção download, pasta FGTS Manuais Operacionais.

A comunicação com o FGTS, em ambiente de produção, observa o cronograma publicado por meio da Resolução n. 1/2017, do Comitê Diretivo do eSocial que divulgou a aprovou o cronograma e prazo de envio de informações definindo o início da obrigatoriedade de transmissão dos eventos, validade pela Circular CAIXA n. 802/2018.

ICMS

NT 2016.002

• **Publicada Versão 1.60 e Pacote de Schemas XML Correspondente:** Foi publicada no Portal da NF-e (<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx>) a versão 1.60 da NT 2016.002 que posterga o prazo de desativação da versão 3.10 em 30 dias (para 02/08/2018), e define novos prazos para validação do QR-Code da NFC-e, entre outras alterações, conforme segue:

- Altera a data de desativação da versão 3.10 para 02-ago-2018.
- Altera os prazos da versão 2.0 do QR-Code da NFC-e para sincronizar com os prazos das alterações trazidas por essa versão da NT.
- Alterado a coluna tamanho do campo I05f “Código de Benefício Fiscal na UF aplicado ao item” (id:I05f).
- Criado novo grupo opcional dentro do CST 60 e CST 500 com campos relativos a dados para cálculo da restituição ou complemento da ST.
- Incluída na coluna de observação do campo Número de parcela (tag:nDup, id:Y08), orientação quanto ao correto preenchimento do campo.

- Incluída na coluna de observação do campo Data de vencimento (tag:dVenc, id:Y09), orientação quanto ao correto preenchimento do campo.
- Alterada Descrição do campo e tPag (YA02).
- Alterado coluna observações do Grupo ZX, descrevendo as alterações por versão.
- Alternadas as RV N17b-10 com N10b-20, N23b-10 com N23b-20 e N27b-10 com N27b-20 com o objetivo de melhorar a sequência de aplicação das regras durante a validação do documento.
- Alteradas as regras de validação N23b-20 e N27b-20 para não validar o percentual de FCPST quando UF do destinatário ou UF do local de entrega forem informadas com “EX”.
- Alteração das validações do Grupo ZX- Informações Suplementares da Nota Fiscal.
- Incluída nova exceção à regra de validação X02-20, regra passa a não ser aplicável no caso da NFA-e.
- Incluída a RV Y01-20, validação do preenchimento do Grupo Cobrança.
- Alterado código da mensagem de erro da RV Y05-10 de 895 para 901.
- Alterada RV Y06-10 e código da mensagem de erro de 896 para 902.
- Excluídas as regras de validação Y06-20 e Y06-30.
- Alterada RV Y08-10 e código da mensagem de erro de 857 para 852.
- Alterado código da mensagem de erro da RV Y09-20 de 894 para 900.
- Alterado código da mensagem de erro da RV Y09-30 de 867 para 850.
- Alteradas mensagens de rejeição das RV Y09-10, Y09-20 e Y09-30.
- Alterado código da mensagem de erro da RV Y10-10 de 872 para 851.
- Reativada RV YA02-10, tendo em vista que ainda não foi re-

tirado do schema a opção de duplicata mercantil

- Incluída RV YA03-30 para validar se informado valor de pagamento quando informado meio de pagamento igual a 90.

NT 2017.001

- **Publicada Versão 1.30:** Foi publicada no dia 25 de junho de 2018 no Portal da NF-e (<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx>) a versão 1.30 da NT 2017.001 que posterga prazos de regras de validação relacionadas ao GTIN, além de outros ajustes documentais.

Alterações introduzidas na versão 1.30:

- Ajustada a observação do campo cEANTrib.
- Alteradas as regras 103-30, 112-60 para serem aplicadas em homologação, deixando a implementação em produção para data futura.

- Excluída a regra 112-50.
- Ajustado o enunciado da regra 7103-10
- Alteradas as regras 9103-10, 9103-20, 9103-30, 9103-40, 9112-10, 9112-20, 9112-30, ajustando o enunciado, postergando a validação em homologação e deixando a implementação em produção para data futura.

- Ajustada a descrição da mensagem de erro das rejeições 891, 892, 893, 895 e 896.

- Alterado o cronograma de validação do GTIN para iniciar as validações em ambiente de homologação a partir de setembro/2018.

- O prazo para implantação das alterações trazidas pela versão 1.30 desta NT é:

- a) Ambiente de Homologação (ambiente de teste das empresas): 27/06/2018 – Somente para versão 4.00 da NF-e e NFC-e

- b) Ambiente de Produção: 02/07/2018 – Somente para versão 4.00 da NF-e e NFC-e

ALTERAÇÕES NO RICMS/RS DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS

1) Decreto n. 54.094/2018, DOE de 07/06/2018 - ICMS ST - Operações com produtos farmacêuticos e nas operações internas com medicamentos similares e genéricos – Prorrogação dos percentuais de redução de base de cálculo de ICMS - Prorroga, até 31/05/19, os percentuais de redução de base de cálculo de ICMS para o débito de responsabilidade por substituição tributária nas operações com produtos farmacêuticos e nas operações internas com medicamentos similares e genéricos. (Lv. III, art. 105, §§ 1º a 4º)

2) Decreto n. 54.111/2018, DOE de 19/06/2018 - ICMS ST – Operações com autopeças - Exclusão do Estado de GO - Alt. 4946 - Exclui o Estado de Goiás do regime de substituição tributária nas operações com autopeças. (Lv. III, 181, "caput", nota 01)

ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul procedeu as seguintes alterações no Regulamento do ICMS:

- Alteração 4945 - Decreto n. 54.094 - DOE 07.06.18;
- Alteração 4946 - Decreto n. 54.111 - DOE 19.06.18.

Os referidos decretos poderão ser consultados na Internet, no endereço <http://www.cca.com.br/>.

ALTERAÇÕES NA IN/DRP Nº 45/98, DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS

1) Instrução Normativa RE nº 22/2018, DOE de 01/06/2018 - Querosene de Aviação - Redução da base de cálculo do ICMS - Consumo total mínimo por período - Altera a tabela relativa ao consumo total mínimo de querosene de aviação desti-

nado ao abastecimento de aeronaves de empresa prestadora de serviço aeroviário regular de passageiros a ser observado para fins de utilização da redução da base de cálculo do ICMS nas aquisições internas dessa mercadoria.

No Capítulo III do Título I, a tabela do item 9.1 passa a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	ADQUIRENTE	NÚMERO DE ROTAS QUE ATENDEM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO	CONSUMO TOTAL MÍNIMO POR PERÍODO (Em litros)	FORNECEDORES E CNPJ (8 primeiros dígitos)
1	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.	4, no período de 01.10.2015 a 26.10.2015	22.897.257	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233 RAIZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598
		5, no período de 27.10.2015 a 31.03.2016		
		5, no período de 01.04.2016 a 30.09.2016	23.160.000	
		5, no período de 01.11.2016 a 31.03.2017	19.516.000	
		5, no período de 01.04.2017 a 30.09.2017	23.160.000	
		5, no período de 01.10.2017 a 30.11.2017	7.720.000	
		6, no período de 01.12.2017 a 31.05.2018	23.350.000	
		6, no período de 01.06.2018 a 30.11.2018	23.350.000	

(Tít. I, Cap. III, 9.1, tabela)

2) Instrução Normativa RE nº 23/2018, DOE de 07/06/2018 - Arroz em casa - Preços de referência – Atualização da referência ao site - Atualiza referência a site que contém indicadores utilizados para obtenção dos preços de referência nas operações com arroz em casca.

O Indicador ESALQ (Indicador de Arroz em casca ESALQ/Bolsa Brasileira de Mercadorias - BMF&Bovespa) a ser utilizado na fórmula deverá ser o referente ao dia 15 do mês imediatamente anterior e, na falta deste, deve ser utilizado o da publicação imediatamente posterior a esta data, podendo ser obtido no site: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/arroz.aspx>.

(Tít. I, Cap. XXXII, 2.1.1)

3) Instrução Normativa RE nº 24/2018, DOE de 07/06/2018 - Exclui código para lançamento na GIA - Na Seção IV do Apêndice VII, na parte referente à "Isenção de operações com mercadorias" fica excluída a linha da tabela correspondente ao código 090.

(Ap. VII, S. IV)

4) Instrução Normativa RE nº 25/2018, DOE de 14/06/2018 - Altera dispositivos do Programa de Integração Tributária – PIT – Com essa publicação, o Estado disponibilizará aos municípios as informações referentes às operações com cartões de crédito/débito, à Nota Fiscal Eletrônica conjugada, à consulta dos dados cadastrais (adimplentes e inadimplentes) do IPVA, às informações prestadas pelos contribuintes por meio das GIAs e aos dados cadastrais dos contribuintes disponibilizados por meio do aplicativo AIM.

Além disso, os municípios que desejarem participar do sistema Operador Nacional dos Estados (ONE) poderão instalar equipamento de leitura automática de placas de veículos (câmera) com tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR).

(Tít. V, Cap. II, 2.8.2 e 2.8.5)

5) Instrução Normativa RE nº 26/2018, DOE de 18/06/2018
- Inclui embarcações pesqueiras na lista que estabelece o limite do consumo anual de óleo diesel com isenção de ICMS

para o exercício de 2018 - Na tabela do Apêndice II, ficam acrescentadas as seguintes embarcações pesqueiras, observada a ordem alfabética do "Nome do Proprietário", conforme segue:

NOME DO PROPRIETÁRIO	CPF ou CNPJ	NOME DO BARCO	Nº DE INSCRIÇÃO DA EMBARCAÇÃO NO R.G.P.M.P.A.(*)	TOTAL DO CONSUMO ANUAL DE ÓLEO DIESEL (EM LITROS)
ADILSON GLAESER DE SOUZA	739.619.730-91	RIO JORDÃO I	RS00039201	41.254,92
AMERICO DA SILVA FARIAS	276.546.720-04	DOM PEDRO I	RS00039157	58.935,60
ANDRE LUIZ DE SOUZA PONTES	010.247.860-05	DOM CAETANO III	RS00005978	53.631,40
ANNE DA CUNHA PEREIRA	036.409.950-07	CAPITÃO TROVÃO	RS00141541	26.521,02
BERENICE BRAUN BRAGA	407.017.430-34	SINUÉLO DO MAR II	RS00039289	58.935,60
BERNARDO DOS SANTOS LOURENÇO	091.758.140-72	BACANA VL	RS00039867	88.403,40
C. M. BARROS TRANSPORTES M.E	18.930.056/0001-00	SOFIA SC	RS00004956	90.136,80
CHARLES ANTÔNIO POUZADA DA HORA	689.072.060-15	MENINA LYVIA	RS00157436	73.669,50
CHARLES ANTÔNIO POUZADA DA HORA	689.072.060-15	TATUIRA	RS00147077	34.772,00
CLAUDIO FERNANDO DA CUNHA PEREIRA	432.489.000-59	HIENA DOS MARES III	RS00039239	53.042,04
DANIEL DE OLIVEIRA MELO	993.139.600-87	GRANDE RIO X	RS00006116	55.104,79
DARLIANE DE OLIVEIRA IZIDORO	073.126.639-07	JAICOM II	RS00039715	32.414,58
DARLIANE DE OLIVEIRA IZIDORO	073.126.639-07	JAICON I	RS00142811	64.829,16
DARLIANE DE OLIVEIRA IZIDORO	073.126.639-07	JAICON IV	RS00039335	79.563,06
ELENILDE DA ROCHA NOBRE	756.222.540-00	YASMIN V	RS00129077	47.148,48
EWERTON LUIZ ALMEIDA DA SILVA	661.686.940-72	VENCEDOR III	RS00039107	50.095,26
FABIO FERREIRA DE SOUZA	909.138.840-49	S.JUNIOR	RS00141537	38.013,46
GILBERTO CORREIA SCARANTO	414.915.480-53	WIZARD	RS00005536	106.084,08
HOMERO AMORIM DE PAIVA	004.771.250-34	BOEMIO XIII	RS00005928	92.234,21
JORGE LUIS DE OLIVEIRA MELO	447.459.310-34	MESTRE DOS MARES	RS00005860	75.732,25
JOSÉ LUIZ DA HORA RAMOS	624.770.480-15	KARINE I	RS00039455	29.467,80
PATRICK CARINHA MARQUES	981.874.490-04	MARIA DA LUZ	RS00039765	29.467,80
RAFAEL CORREA MATTOS	046.144.499-21	DIOGO F II	RS00052075	58.935,60

(Ap. II)

RECOLHIMENTO FORA DE PRAZO

TRIBUTOS FEDERAIS

• IRPJ, IRPF, CSLL, IR-FONTE, IPI, PIS, COFINS, INSS e SIMPLES

1 - JUROS: Os juros de mora deverão ser calculados nos seguintes percentuais:

Juros devidos em julho (%)						
Venc.	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Jan	57,13	48,96	38,47	25,81	12,58	3,56
Fev	56,64	48,17	37,65	24,81	11,71	3,09
Mar	56,09	47,40	36,61	23,65	10,66	2,56
Abr	55,48	46,58	35,66	22,59	9,87	2,04
Mai	54,88	45,71	34,67	21,48	8,94	1,52
Jun	54,27	44,89	33,60	20,32	8,13	1,00
Jul	53,55	43,94	32,42	19,21	7,33	
Ago	52,84	43,07	31,31	17,99	6,53	
Set	52,13	42,16	30,20	16,88	5,89	
Out	51,32	41,21	29,09	15,83	5,25	
Nov	50,60	40,37	28,03	14,79	4,68	
Dez	49,81	39,41	26,87	13,67	4,14	

2 - MULTA DE MORA: 0,33% por dia de atraso, limitado a 20%.

As multas de mora a que se refere o art. 61, da Lei n. 9.430/96, aplicam-se retroativamente aos pagamentos de débitos para com a União, efetuados a partir de 1º de janeiro de 1997, independentemente da data de ocorrência do fato gerador - Ato Declaratório (Normativo) n. 01/97 - DOU de 10 de janeiro de 1997.

• **FGTS:** Após o dia 7 do mês seguinte ao de competência, os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ficam sujeitos à atualização monetária mediante aplicação dos percentuais divulgados pela Caixa Econômica Federal.

FGTS em atraso	Acréscimos Legais
Atualização Monetária	De acordo com Tabela divulgada pela CEF.
Juros	0,5% ao mês ou fração.
Multa	5%, quando pago no mês do vencimento; 10%, quando pago após o mês do vencimento.

TRIBUTOS ESTADUAIS (RS)

• **ICMS:** ICMS vencido no período de 28/12/2000 a 31/12/2009, será atualizado pela variação da UPF-RS, dividindo-se o valor do imposto devido, expresso em moeda corrente, pelo valor da UPF-RS vigente no dia subsequente ao de ocorrência do fato gerador ou, conforme o caso, do encerramento do período de apuração a que corresponder, e multiplicando-se o resultado pelo valor da UPF-RS vigente em 1º/01/2010.

Após 1º/01/2010 não haverá atualização monetária.

ICMS em atraso	Acréscimos Legais
Atualização Monetária	Varição da UPF, conforme disposto acima.
Juros	1% ao mês-calendário ou fração, a partir de 30/06/97 até 31/12/2009 e, a partir de 1º/01/2010, juros SELIC, de acordo com as regras previstas na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Cap. II
Multa	0,334% por dia de atraso, até o limite de 20%. (Lei nº 13.711, de 06/04/11)

TRIBUTOS MUNICIPAIS (PORTO ALEGRE-RS)

• ISSQN:

Atualização Monetária: com a extinção da UFIR, a atualização monetária deixou de ser exigida no município.

Multa de mora: os percentuais de multa incidentes sobre os recolhimentos do ISSQN em atraso são:

- a) 2% sobre o valor atualizado, quando o pagamento ocorrer ainda no curso do mês de vencimento do imposto; e,
- b) 10%, sobre o valor atualizado, quando o pagamento ocorrer após o mês de vencimento do débito.

Juros de mora: são calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento do débito, tomando por base a taxa SELIC, acumulada mensalmente, ou outro que venha a substituí-la.

O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1%. Nos termos do art. 270, § 5º do Decreto nº 15.416/06, em nenhuma hipótese os juros de mora poderão ser inferiores a 1% (um por cento).

INFORMES ECONÔMICOS

INFORMES ECONÔMICOS

S. MÍNIMO NAC - A partir de Jan/17	R\$ 954,00
UPF/RS - 2018	R\$ 18,8094
UFM - P. Alegre – 2018	R\$ 4,0145
UPC – 3º Trimestre/2017	R\$ 23,54
TJLP – 3º Trimestre/2017	0,5467 a.m. 6,56% a.a.
INPC (IBGE) - Junho/2018	1,43%
IGP-M (FGV) - Junho/2018	1,87%
SELIC - Junho/2018	0,52%
TR - Julho/2018	0,0000%
UIF-RS - Julho/2018	R\$ 25,12
INDICADORES EXTINTOS	
OTN - Janeiro/89	Cz\$ 6.170,19
OTN Fiscal-Extinta em 16.01.89	Ncz\$ 6,92
BTN - Fevereiro/91	Cr\$ 126,8621
BTN Fiscal-Extinta em 01.02.91	Cr\$ 126,8621
UFIR 2000 - Extinta em 27/10/00	R\$ 1,0641

DÓLAR: COTAÇÃO DIÁRIA

Data	Dólar dos EUA	
	Compra	Venda
01/06/2018	3,74070	3,74130
04/06/2018	3,74180	3,74240
05/06/2018	3,77460	3,77520
06/06/2018	3,81870	3,81930
07/06/2018	3,89940	3,90000
08/06/2018	3,78530	3,78590
11/06/2018	3,69070	3,69130
12/06/2018	3,70380	3,70440
13/06/2018	3,70480	3,70540
14/06/2018	3,70510	3,70570
15/06/2018	3,77320	3,77380
18/06/2018	3,75370	3,75430
19/06/2018	3,75600	3,75660
20/06/2018	3,73290	3,73350
21/06/2018	3,78880	3,78940
22/06/2018	3,76570	3,76630
25/06/2018	3,77540	3,77600
26/06/2018	3,77150	3,77210
27/06/2018	3,83520	3,83580
28/06/2018	3,85150	3,85210
29/06/2018	3,85520	3,85580
02/07/2018	3,90490	3,90550
03/07/2018	3,89140	3,89200
04/07/2018	3,90520	3,90580
05/07/2018	3,91860	3,91920
06/07/2018	3,92580	3,92640